



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

MENSAGEM Nº 99, de 28 de agosto de 2018

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS VEREADORAS,  
SENHORES VEREADORES:**

O artigo 157 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo estabelece que, em processos de sindicância e inquérito administrativo, os depoimentos serão prestados oralmente e **reduzidos a termo**.

É sabido que, também quanto a este aspecto, a legislação processual civil e penal brasileira já foi atualizada, estabelecendo que o registro dos depoimentos seja efetuado mediante gravação em áudio e vídeo, não só para assegurar o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, mas, também, para garantir maior fidelidade das informações colhidas nas provas orais.

Em vista disso e com o objetivo de facilitar, agilizar e tornar mais eficiente o trabalho das comissões de sindicância e de inquérito administrativo, além de garantir maior fidelidade das informações, propõe-se a alteração da redação do referido artigo 157, adequando-se-o à sistemática processual atual, para definir que os depoimentos orais em processos administrativos serão registrados mediante gravação audiovisual, em meio analógico ou digital.

Para tanto, submetemos à análise dessa Casa o incluso Projeto de Lei que **“altera a legislação que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo”**.

Colocamos à disposição dos ilustres Vereadores e Vereadoras, desde logo, representantes da Secretaria de Recursos Humanos para prestarem outras informações ou esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários sobre a matéria.

Respeitosamente,

**LUCIO DE MARCHI**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Excelentíssimo Senhor  
**RENATO ERNESTO REIMANN**  
Presidente da Câmara Municipal de  
Toledo – Paraná



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

### PROJETO DE LEI

Altera a legislação que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei altera a legislação que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo.

**Art. 2º** – A Lei nº 1.822, de 5 de maio de 1999, passa a vigorar com a seguinte alteração:

**“Art. 157** – O depoimento será prestado oralmente e registrado mediante gravação em áudio e vídeo, em meio analógico ou digital, destinada a obter maior fidelidade das informações.”

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2018.

**LUCIO DE MARCHI**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 037/2018 – SAA

**De: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em conjunto com outras Secretarias Municipais;**

**Para: Gabinete do Prefeito.**

Solicita-se alteração da redação do **caput** do Art. 157 da Lei nº 1.822 de 5 de maio de 1999, que *Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo*, atualmente com a seguinte redação:

“ ...  
Art. 157 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.  
§ 1º - ...  
§ 2º - ...  
...”

O referido Art.157 estabelece que “O depoimento será prestado oralmente **e reduzido a termo** ...” (Os destaques não são do original).

Ocorre que tal lei foi editada em 1999, ou seja, há quase 20 (vinte) anos.

Atualmente contamos com tecnologias que permitem um registro fiel e que minimizam dúvidas de interpretação e até mesmo eventuais erros quando os depoimentos são registrados pelos integrantes das comissões.

A alteração ora solicitada tem por objetivo facilitar e dar agilidade e eficiência na tomada dos depoimentos prestados em comissão de sindicância e de inquérito administrativo, dando maior celeridade e credibilidade dos mesmos.

A tecnologia de registro na forma de áudio e vídeo já é utilizada nos processos judiciais, garantindo credibilidade sem omitir nenhuma fala da testemunha ou réu.

O recurso é previsto no Código de Processo Civil (Lei 13.105 de 16 de março de 2015):

“Art. 367. ...  
§ 5º **A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio**, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, observada a legislação específica.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

§ 6º A gravação a que se refere o § 5º também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

“**Art. 460. O depoimento poderá ser documentado por meio de gravação.**”

(Os destaques não são do original)

Também é previsto no Código de Processo Penal:

“  
Art. 405. Do ocorrido em audiência será lavrado termo em livro próprio, assinado pelo juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes nela ocorridos. (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).”

§ 1º Sempre que possível, o registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas **será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética**, estenotipia, digital ou técnica similar, **inclusive audiovisual, destinada a obter maior fidelidade das informações.**

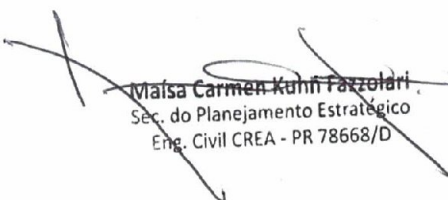
(Os destaques não são do original).

Em razão do exposto, solicita-se alteração da redação do **caput** do Art. 157 do *Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Toledo*, de forma a haver previsão legal de que os depoimentos possam ser integralmente gravados em imagem e em áudio, de forma semelhante ao previsto no Código de Processo Civil e de Processo Penal.


Toledo, 16 de outubro de 2018.

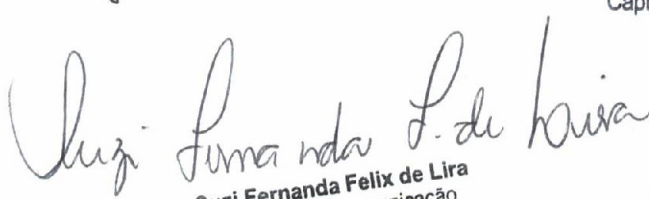
Cordialmente,

  
Cristopher Cristiano Camelos de Azevedo  
Secretário da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento

  
Maísa Carmen Kunh Fazolani  
Sec. do Planejamento Estratégico  
Eng. Civil CREA - PR 78668/D

  
Balnei Lorenzo Rotta  
Secretário da Fazenda e  
Captação de Recursos

  
Cristiano D. O. da Rocha  
Secretário de Desenvolvimento Econômico

  
Suzi Fernanda Felix de Lira  
Secretária de Comunicação  
Portaria nº 199/2018

  
Márcio München  
Secretário de Recursos Humanos